

I&D

INDÚSTRIA 4.0

FLORESTA

INOVACÃO

SUSTENTABILIDADE

ECONOMIA

CIRCULAR

Economia Circular e o sector da cortiça

O estudo desenvolvido no âmbito do projeto Cork_Inov sobre a economia circular no sector da cortiça concluiu que a fileira não apresenta grandes oportunidades de melhoria, uma vez que já adopta muitos dos princípios associados a este conceito e em várias dimensões.

Assim, conclui-se que o setor em geral está bem posicionado, uma vez que quase todos os recursos utilizados são aproveitados ao máximo e os desperdícios são minimizados. O modelo selecionado para apurar o Índice de Maturidade da Economia Circular no sector foi o desenvolvido pela Universidade de

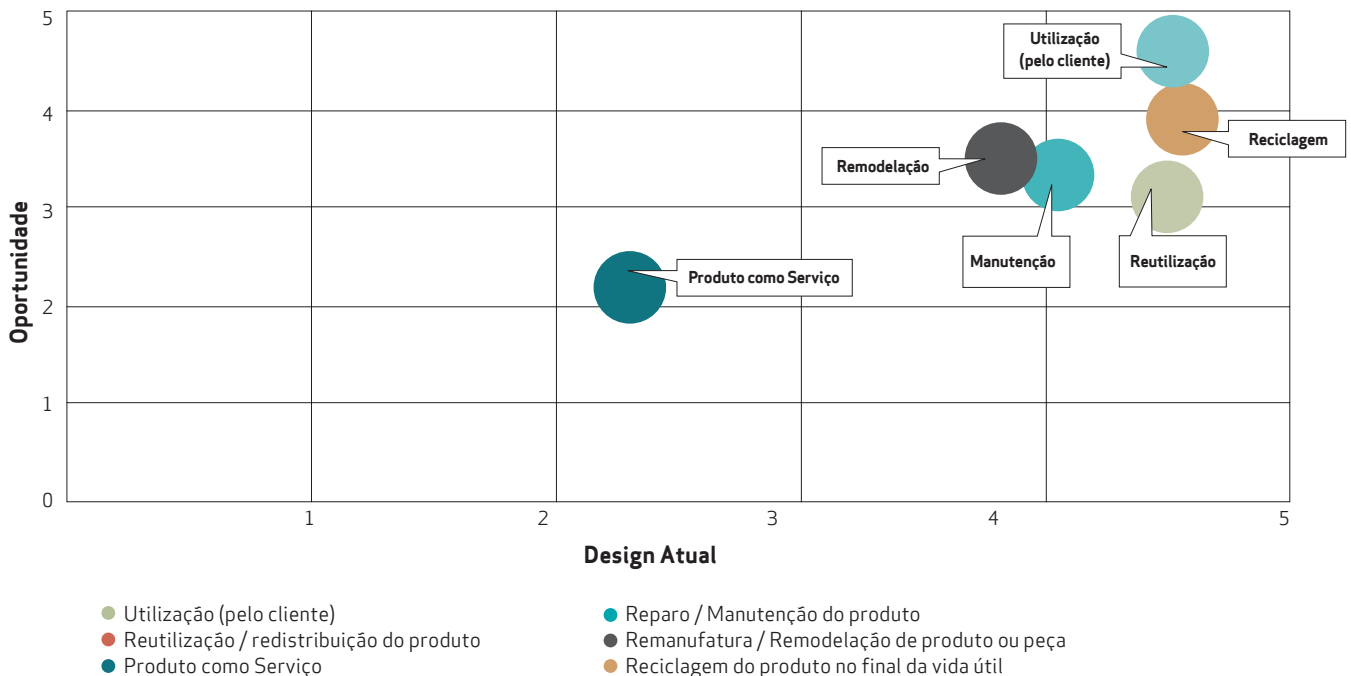
Cambridge, em 2013, e disponível actualmente para todas as empresas através da Fundação Ellen MacArthur, Circular Economy Toolkit. A partir da análise da figura 1, ao nível do parâmetro da utilização pelo cliente esta dimensão apresenta um baixo nível de oportunidade para melhoria, uma vez que a forma como a rolha é concebida contribui para um impacto positivo no ambiente durante o ciclo de vida de utilização: vida útil longa e não desperdiça recursos/energia; no âmbito da manutenção (esta dimensão engloba todas as actividades realizadas durante a utilização da rolha de cortiça por forma a melhorar a sua performance, como a substituição, diagnóstico e suporte técnico) o nível de oportunidade de melhoria já é médio, uma vez que, por vezes, o custo da manutenção é elevado em comparação com o custo do produto.



Na dimensão da reutilização, caso esta se verifique, ela prolonga a vida útil do produto através da sua utilização “em segunda mão” de maneira a que menos produtos tenham que ser produzidos. No entanto, a rolha, uma vez utilizada, não pode ser reutilizada pelo que não existe mercado para a reutilização e, consequentemente, o sector não oferece este serviço; o mesmo não se passa na reciclagem, uma vez a reciclagem dos materiais é viável, sendo que um ponto de melhoria assenta no desenvolvimento de circuitos eficazes de recolha de rolhas usadas. Na dimensão da remodelação (engloba as actividades de restauração do produto, ou seja, um produto é recolhido e renovado

dando origem a um produto de melhor qualidade) esta apresenta uma oportunidade média de melhoria, uma vez que, por um lado, o custo de recolha para devolver a rolha à fábrica pode ser elevado e, por outro lado, a rolha pode sofrer danos significativos nos processos de remodelação. Ao nível do produto como serviço refira-se que o produto que poderá ser utilizado como serviço engloba modelos de negócio e de colaboração inovadores que são componentes chave na transição para uma economia mais sustentável. É a dimensão que apresenta um maior potencial de melhoria por actualmente não existirem modelos de negócio em que a rolha poderá ser utilizada como serviço. ●

Figura 1 – Laccus exerem qui quiberum andandipic tem quunda nis ut reperum etur maio



Compromisso Floresta 2030 une 25 entidades

A APCOR associou-se a mais 24 entidades para lançar o compromisso FLORESTA 2030.

As organizações, entidades e empresas subscritoras deste compromisso expressam ao futuro governo de Portugal e aos portugueses o empenho em contribuir activa e positivamente para, no espaço de uma década, concretizar um quadro promotor de uma floresta com futuro, disponibilizando para tal os seus meios, conhecimentos e vontades. Só com a união de todas estas entidades será possível construir uma floresta mais bem gerida, mais plural, mais inclusiva, mais

resiliente, mais valorizada e agregadora ambiental e socialmente, transgeracional e reconhecida. Uma floresta que seja factor de segurança contra as alterações climáticas, elemento chave de uma bioeconomia inovadora e que recupere a confiança da Sociedade e o reconhecimento político dos portugueses. Deste compromisso fazem parte três linhas de actuação: assegurar uma gestão activa e responsável das áreas florestais e agroflorestais numa perspectiva de longo

prazo, promovendo a renovação dos ecossistemas florestais, essencial para o aumento da produtividade, a redução do risco de incêndio e a salvaguarda dos valores naturais; envolver os proprietários e gestores florestais, reforçando as organizações de produtores, a parceiros indispensáveis na gestão do território, em especial através de formas

activas de intervenção agrupadas nas regiões de propriedade de dimensão mais reduzida, bem como as respectivas comunidades locais; e, por último, assegurar que a riqueza da função socioeconómica da floresta contribua para a protecção dos ecossistemas mais sensíveis do território, proporcionando a efectiva gestão dos valores naturais. ●

Para informação adicional sobre este assunto, agradecemos contacto para

compromissofloresta2030@gmail.com

Um compromisso com a Floresta para o futuro de Portugal

FLORESTA 2030: JUNTOS PELO FUTURO DAS FLORESTAS E DO TERRITÓRIO

A FLORESTA OCUPA MAIS DE 3,2 MILHÕES DE HECTARES do território nacional (36% da área) e representa o principal uso do solo em Portugal. Os fogos de 2016 e 2017 e a perda de vidas humanas que lhe estiveram associadas conduziram a um escrutínio nunca visto sobre a floresta, conduzindo a uma disrupção na visão que a sociedade tinha sobre as suas finalidades privadas e sociais, inaugurando um debate sobre os modelos de uso dos espaços florestais, que urge aprofundar. Neste contexto, é essencial um diálogo construtivo e a procura de soluções, tanto para as zonas mais fugiadas pelos incêndios como para o todo do território nacional, complementado por reformas estruturais e prioridades nas intervenções nos espaços florestais privados, públicos e comunitários.

A floresta desempenha para Portugal um papel insubstituível, que vai além do valor de mercado, traduzido: no sequestro de carbono, na promoção de biodiversidade, na protecção dos solos, na regularização dos regimes hídricos, nas amenidades paisagísticas que gera e no lazer que proporciona a quem a visita. Contudo, esta riqueza ambiental, este capital natural, só podem ser potenciados a partir das atividades económicas que nele assentam, no emprego que geram, no contributo para a fixação de população em contexto rural e, sobretudo, contrariando o abandono que hoje domina. É essencial assegurar o valor económico da floresta, sem descuidar uma visão de conservação de um património social e transgeracional.

A multifuncionalidade e complementaridade da floresta e dos espaços rurais estão longe de ser aproveitadas, em grande parte devido aos níveis insuficientes de gestão ativa de que a floresta é alvo. Gestão esta que deve assentar numa visão comum e ser concretizada através de estratégias e medidas operacionais ao nível do território e da fileira. A adoção das melhores práticas de gestão florestal e de ordenamento territorial têm de reduzir os níveis de risco e de perigosidade dos incêndios, reforçar a resiliência multifuncional dos territórios rurais e potenciar as diferentes componentes deste capital natural. A maior parte das decisões de hoje terão impacto a longo prazo e esculpirão a floresta do futuro. Se conseguirmos conservar o solo, mitigar as consequências de um clima em mudança e recuperar o reconhecimento positivo por parte da sociedade, estaremos no bom caminho e reduziremos os riscos de abandono, reforçando o ativo patrimonial para as gerações futuras.

Respeitando a diversidade do território, à qual corresponde uma multiplicidade de florestas, e com um foco realista em resultados económicos, sociais e ambientais, é essencial um compromisso entre todos os agentes do sector florestal. Um compromisso que permita:

- (i) Assegurar uma gestão ativa e responsável das áreas florestais e agroflorestais numa perspetiva de longo prazo, promovendo a renovação dos ecossistemas florestais, essencial para o aumento da produtividade, a redução do risco de incêndio e a salvaguarda dos valores naturais;
- (ii) Envolver os proprietários e gestores das áreas florestais, reforçando as organizações de produtores, parceiros indispensáveis na gestão do território, em especial através de formas ativas de intervenção agrupada nas regiões de propriedade de dimensão mais reduzida, bem como as respetivas comunidades locais;
- (iii) Assegurar que a riqueza da função socioeconómica da floresta contribua para a proteção dos ecossistemas mais sensíveis do território, proporcionando a efectiva gestão dos valores naturais.

As organizações, entidades e empresas subscritoras deste compromisso expressam ao futuro Governo de Portugal e aos portugueses o empenho em contribuir activa e positivamente para, no espaço de uma década, concretizar um quadro promotor de uma floresta com futuro, disponibilizando para tal os seus meios, conhecimentos e vontades. Só juntos estaremos aptos a construir uma floresta mais bem gerida, mais plural, mais inclusiva, mais resiliente, mais valorizada e agregadora ambiental e socialmente, transgeracional e reconhecida. Uma floresta que seja factor de segurança contra as alterações climáticas, elemento-chave de uma bioeconomia inovadora e que recupere a confiança da sociedade e o reconhecimento político dos portugueses.

Este é o nosso compromisso com a floresta, cuja concretização apela à participação e aos contributos de todos os atores sociais relevantes.



Centro de Competências do Sobreiro e da Cortiça completou sete anos de actividade

O Centro de Competências do Sobreiro e da Cortiça (CCSC), em funcionamento desde 2014, lançou o sítio <http://www.filcork.pt/ccsc-quem-somos-onde> é possível encontrar informação sobre a actividade, a missão e os objectivos desta organização.

O CCSC é um fórum de partilha e articulação de conhecimentos, capacidades e competências que agrega agentes da fileira nas três áreas: investigação, divulgação e transferência de conhecimento. Tem como eixos de actuação: a promoção da produção de conhecimento e inovação; a transferência de conhecimento e tecnologia; a recolha, tratamento e divulgação de informação e estatística.

No vídeo recentemente realizado, acessível em <https://www.youtube.com/watch?v=Y442bL7eWY>, é possível ficar a par do trabalho desenvolvido ao longo dos anos, com testemunhos dos diferentes intervenientes no centro.

O CCSC funciona como polo agregador da massa crítica de toda a fileira da cortiça e do sobreiro. Fazem parte do CCSC os agentes económicos da fileira - a APCOR é a representante da indústria-, en-



tidades responsáveis pela investigação no sector e, ainda, algumas entidades públicas.

O objetivo primordial é promover a produção de mais e melhor cortiça, de forma perpétua e sustentável, através do reforço da investigação, da promoção, da inovação e da transferência e divulgação do conhecimento.

Uma das ferramentas lançados pelo CCSC foi a "APP – Cartografia de Aptidão para o Sobreiro". A aplicação permite a gestores, técnicos

e proprietários florestais saber, com base na localização geográfica, a aptidão para a instalação e crescimento do sobreiro, contribuindo desta forma para o sucesso das futuras plantações, as quais são um dos vectores no combate à desertificação e na mitigação das alterações climáticas.

Segundo um comunicado divulgado pelo CCSC, "48 por cento da área de sobreiro existente em Portugal corresponde a regiões com elevada susceptibilidade à

desertificação, existindo, ainda, de acordo com os cenários de alterações climáticas, um potencial de expansão para o centro e norte do país." "Desta forma, a prevenção dos efeitos das alterações climáticas pode ser obtida concretizando o aumento do grau de coberto dos povoamentos actuais e o potencial de expansão do sobreiro, sendo determinante nestes objectivos o conhecimento da aptidão de cada local para a instalação do sobreiro", refere a mesma fonte. ●